



Faculdade Instituto
Rio de Janeiro - FIURJ

ISSN 2675 634-X

REVISTA
CIÊNCIAS JURÍDICAS
E SOCIAIS – IURJ



RELATÓRIO FINAL

ALCANCE
NÚMEROS
DESEMPENHO

2024

REALIZAÇÃO:



APRESENTAÇÃO

A **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais - IURJ** é uma publicação quadrimestral da Faculdade Instituto Rio de Janeiro, aberta à publicação de trabalhos na área de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas incluindo Direito, Administração, Ciência Política e Relações Internacionais, Economia, Psicologia. O periódico tem por missão divulgar trabalhos de qualidade de modo a favorecer o diálogo científico entre pesquisadores de instituições do Brasil e do Exterior oferecendo material para pesquisas futuras, atualização e reflexão.

A **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais - IURJ** tem por objetivos:

- Contribuir para a formação dos profissionais envolvidos na área das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas;
- Publicar trabalhos científicos de reconhecido interesse no campo das Ciências Jurídicas, Relações Internacionais, Gestão Empresarial e da Psicologia.
- Publicar trabalhos originais não publicados anteriormente em outro veículo (revista, periódico, sites, jornal eletrônico, anais de congresso, dentre outros) que se enquadrem nas seguintes categorias:
 - a) Artigo Original: destina-se a divulgação de resultados de pesquisa original inédita de natureza empírica, experimental ou conceitual;
 - b) Artigo de Revisão: destina-se a avaliações críticas e ordenadas da literatura sobre um determinado tema que expresse experiência do(s) autor(es) na área e não apenas revisão da literatura;
 - c) Resenhas: textos que possibilitem a leitura crítica e a difusão de obras de destaque lançadas recentemente no mercado editorial;
 - d) Ensaios: textos em que os autores apresentem sua contribuição original à reflexão teórica acerca dos temas mais relevantes na área de atuação da revista.

Aceitam-se trabalhos escritos nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa.

Editor Chefe

Carlos Tomaz, doutor, Universidade CEUMA, São Luís, Maranhão, Brasil.

Conselho Editorial

1. Alex Sander Xavier Pires, Doutor, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.
2. Allan Kardec Duailibe Barros Filho, Doutor, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
3. Antonella Gasbarri, Doutora, Università degli Studi di L'Aquila, Itália.
4. Augusto Cesar Leite de Carvalho, Doutor, Universidade de Brasília, Brasil.
5. Bruna Capparelli, Doutora, Università di Bologna, Itália.
6. Claudio Carneiro Bezerra Pinto Coelho – Doutor, Centro Universitário dos Guararapes, Brasil.
7. Douglas de Alencar Rodrigues, Mestre, Instituto Ensino Superior de Brasília, Brasil.
8. Edith Maria Barbosa Ramos, Doutora, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
9. Esther Martinez Quinteiros, Doutora, Universidade Portucalense, Portugal.
10. Felisia Maria Corvo Lopez, Doutora, Universidad de Salamanca, Espanha.
11. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado, Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
12. Gustavo Silveira Siqueira, Doutor, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.
13. James Magno de Araujo Farias, Doutor, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
14. José Manuel Subtil, Doutor, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.
15. Juana Dioguardi, Doutora, Universidad Nacional de Lomas de Zamora, Argentina.
16. Lier Pires Ferreira, Doutor, Universidade Federal Fluminense, Brasil.
17. Lucas Liendro Kapustik, Doutor, Universidad Nacional de Lomas de Zamora, Argentina.
18. Luciene Dal Ri, Doutora, Pontificia Universidade Católica de Santa Catarina, Brasil.
19. Lucyléa Gonçalves França, Doutora, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
20. Manoel Peixinho, Doutor, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.
21. Manuel Monteiro Guedes Valente, Doutor, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.
22. Maria Fernanda Vazquez, Doutora, Universidad Nacional de Lomas de Zamora, Argentina.
23. Maria João Escudeiro, Doutora, Centro de Estudos Jurídicos, Portugal.
24. Nereu Giacomolli, Doutor, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.
25. Paulo Roberto Barbosa Ramos, Doutor, Universidade Federal do Maranhão, Brasil.
26. Pedro Trovão do Rosário, Doutor, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.
27. Reginaldo Rodrigues de Almeida, Doutor, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.

Envio de trabalhos

As normas e orientações sobre a preparação dos artigos a serem submetidos estão no site da revista: <https://revista.institutouniversitario.com.br/index.php/cjsiurj/index>

EDIÇÃO ESPECIAL SANEARIO 2024

Editora parceira: Ana Tereza Marques Parente, Doutora, Universidade Federal Fluminense.

Diretoria da Seção Rio de Janeiro - ABES/RJ

Presidente: Renato Lima do Espírito Santo;

Vice-Presidente: Miguel Alvarenga Fernández y Fernández (licenciado);

Diretor: Antônio Pereira Monteiro;

Diretor: Hallison Daniel do Carmo Marques;

Diretor: Marcelo Motta Veiga;

Diretor: Rodrigo Santos Hosken;

1ª Secretária: Karina de Moura Costa Alencar;

2º Secretário(a): Joper Padrão do Espírito Santo;

1º Tesoureiro: Sérgio Pinheiro de Almeida;

2º Tesoureiro: Mickaela Midon da Paixão.

Conselho Consultivo

Titular: Eduardo Pacheco Jordão;

Titular: Mayra de Castilho Bielschowsky;

Titular: Ernani de Souza Costa;

1º Suplente: Miguel Fernández y Fernández;

2º Suplente: Isaac Volschan Junior;

3º Suplente: Marcelo Guimarães Araújo.

Conselho Fiscal Estadual

Titular: Gandhi Giordano;

Titular: Ana Silvia Pereira Santos;

Titular: Rayssa Vogeler Berquó Jacob;

1º Suplente: Maira Araújo de Mendonça Lima;

2º Suplente: Renato Castiglia Feitosa.

Representantes junto ao Conselho Diretor: Benito Piropo Da-Rin

EDITORIAL

A terceira edição do Seminário Estadual de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SANEARio) reafirmou seu papel como um dos principais eventos do setor no Estado do Rio de Janeiro. Realizado em formato híbrido, o encontro abordou o tema **“3 anos de concessão: aprendizados, desafios, avanços e perspectivas para o saneamento do Rio de Janeiro”**, reunindo 392 participantes presenciais e 988 virtuais. O evento consolidou-se como um dos maiores encontros do setor de saneamento no Brasil, reunindo no coração do Rio de Janeiro lideranças do setor público e privado, especialistas, reguladores e representantes da sociedade civil. Em um momento decisivo para o futuro do saneamento no país, este evento se destacou como espaço privilegiado de diálogo, cooperação e inovação. Com uma programação rica em temas estratégicos, desde os impactos das concessões estaduais até os desafios da regulação tarifária e o papel da inclusão social, o SANEARio 2024 foi mais que um congresso técnico: foi um chamado à ação. A presente edição especial da revista **SANEARio** se propõe a registrar e celebrar os principais debates, experiências e propostas que emergiram desse encontro. São vozes plurais que, juntas, revelam a complexidade e o potencial transformador do setor. Acreditamos que a universalização dos serviços não é apenas uma meta contratual, mas um compromisso com a dignidade humana, com a saúde pública e com o futuro sustentável de nossas cidades. Seja bem-vindo(a) a esta leitura. Que as experiências aqui compartilhadas inspirem novos caminhos, novas parcerias e novas soluções.

****Boa leitura!****



Renato Espírito Santo

Presidente Regional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental no Rio de Janeiro - ABES-RJ

AGRADECIMENTOS

O sucesso do **SANEARio 2024** é o reflexo direto da soma de esforços, sonhos e compromissos compartilhados.

Agradecemos aos patrocinadores, que acreditam e investem na transformação do saneamento fluminense; à diretoria da ABES Nacional, pelo apoio contínuo; à diretoria da ABES-RJ, pela confiança depositada, aos apoiadores institucionais e a todos os profissionais que se dedicaram com entusiasmo e competência para tornar este encontro possível.

Um agradecimento especial também aos participantes, palestrantes e moderadores, que trouxeram reflexões inspiradoras e experiências concretas que enriquecem o debate e impulsionam o avanço do setor.

Por fim, nosso reconhecimento a todos que, dia após dia, trabalham e fomentam incansavelmente o saneamento no Rio de Janeiro, vocês são a força motriz dessa transformação.

Patrocínio Master



Patrocínio Standard



Patrocínio Essence



Apoiadores



SUMÁRIO

PROGRAMAÇÃO SANEARIO.....	9
1. ABERTURA E PERSPECTIVAS DO SANEARIO 2024.....	14
1.1. Renato Espírito Santo - Presidente ABES-RJ.....	15
1.2. Nicola Miccione - Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro..	16
1.3. Marcel Sanches - Presidente ABES Nacional.....	17
1.4. Leonardo Picciani - Ministério das Cidades.....	18
2. SUPERAÇÃO E DESAFIOS OBSERVADOS COM AS CONCESSÕES NO RIO DE JANEIRO.....	19
2.1. Impacto das Concessões no Rio de Janeiro e das Parcerias Público-Privadas no Saneamento.....	20
2.2. A Transformação do Saneamento no Rio de Janeiro.....	21
2.3. Transformando o Saneamento no Rio de Janeiro.....	22
2.4. A Revolução no Saneamento do Rio de Janeiro.....	24
2.5. A Inovação e os Desafios do Saneamento.....	25
2.6. Transformando a Zona Oeste.....	27
3. DISCUSSÃO DOS DESAFIOS DAS CONCESSÕES DO SANEAMENTO NO RIO DE JANEIRO.....	29
3.1. Um Pilar para o Futuro Sustentável.....	30
3.2. A Importância dos Comitês de Monitoramento.....	31
3.3. Planejamento Urbano Integrado: Um Caminho para a Sustentabilidade no Rio de Janeiro.....	32
3.4. Regulação Energética e de Saneamento: O Papel da AGENERSA na Gestão Estratégica.....	33
3.5. Gestão Hídrica no Rio de Janeiro: Desafios e Soluções.....	34
3.6. Inclusão Comunitária e Sustentabilidade: A Voz do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo.....	35
4. TARIFAS, REEQUILÍBRIO CONTRATUAL E VIABILIDADE PARA INVESTIMENTO.....	36
4.1. Tarifas, Reequilíbrio Contratual e Viabilidade para Investimentos.....	37
4.2. O Impacto das Tarifas no Saneamento.....	39
4.3. Estrutura Tarifária e a Tarifa Social.....	42
4.4. A Regulação Tarifária no Saneamento.....	43

PROGRAMAÇÃO SANEARIO 2024

Data: 4 de dezembro de 2024 (quarta-feira)

Sessão de Abertura

Renato Espírito Santo - Presidente Regional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental no Rio de Janeiro (ABES-RJ)

Marcel Sanches - Presidente Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES)

Nicola Miccione - Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro

Leonardo Carneiro Monteiro Picciani - Secretário / Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental / Ministério das Cidades

Mesa 1 - Superação e Desafios observados com as Concessões no RJ

Moderador: Nicola Miccione - Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro

Palestrantes:

Aguinaldo Ballon - Diretor Presidente da CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgoto)

Flávio Vaz - Diretor Geral da Iguá Rio

Leonardo Righetto - Diretor Presidente da Rio + Saneamento

Sinval Andrade - Diretor Institucional da Águas do Rio

Daniel Moura - Diretor Presidente Zona Oeste Mais Saneamento

Mesa 2 - Discussão dos Desafios das Concessões do Saneamento no RJ

Moderador: Renato Espírito Santo - Presidente Regional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental no Rio de Janeiro (ABES-RJ)

Palestrantes:

Eduardo Figueira - Comitê de Monitoramento das Concessões

Bruno Sasson - Diretor do Instituto Rio Metrópole (IRM)

Marcus Vinícius - Procurador Geral da Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA)

Wanderson dos Santos - Secretário Municipal de Infraestrutura

Sávio da Silva - Liderança na Associação do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo

Mesa 3 - Tarifas, Reequilíbrio contratual e viabilidade para investimentos

Moderador: Miguel Fernández y Fernández - Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ)

Palestrantes:

Karina Alencar - Diretora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-RJ)

Alexandre Anderáos - Superintendente Adjunto da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Luiz Firmino - Pesquisador Sênior, Centro de Estudo em Regulação e Infraestrutura da FGV

Daniela Gaio - Secretária Executiva da Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA)







1. ABERTURA E PERSPECTIVAS DO SANEARIO 2024

A mesa de abertura do SANEARio 2024 reuniu lideranças estratégicas do setor de saneamento para refletir sobre os caminhos e desafios da universalização dos serviços no Brasil. O encontro contou com a participação de **Renato Espírito Santo**, presidente regional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-RJ); **Marcel Sanches**, presidente nacional da ABES; **Nicola Miccione**, secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro; e **Leonardo Picciani**, secretário nacional de saneamento ambiental do Ministério das Cidades.

A Sessão de Abertura destacou a importância da colaboração entre poder público, setor privado e sociedade civil como condição essencial para viabilizar a universalização dos serviços até 2033. Cada representante trouxe perspectivas complementares, abordando desde o papel estratégico das concessões até os investimentos federais e estaduais para garantir acesso igualitário à água e ao esgotamento sanitário.

Ao longo das falas, destacou-se a urgência de enfrentar desafios estruturais históricos, como ocupação irregular do solo, infraestrutura defasada e desigualdades regionais, ao mesmo tempo em que se reconheceu o impacto positivo das parcerias público-privadas na expansão dos serviços e na geração de empregos e renda.

A Sessão de Abertura não apenas deu início ao evento, mas estabeleceu o tom da programação: um chamado coletivo para avançar com responsabilidade, inovação e cooperação em direção a um futuro em que o saneamento seja direito efetivo para todos os brasileiros.



1.1. Renato Espírito Santo - Presidente ABES-RJ

Em sua fala, Renato Espírito Santo ressaltou o papel central do saneamento como base para o desenvolvimento social e ambiental. Ele destacou a importância de integrar práticas sustentáveis a soluções tecnológicas inovadoras para enfrentar os desafios emergentes.

“O saneamento básico é a espinha dorsal do desenvolvimento social e ambiental, e avançar nesse setor requer o comprometimento de todos os setores da sociedade”.

O Presidente Renato também enfatizou que eventos e capacitações promovidos pela ABES-RJ têm sido cruciais para a disseminação de boas práticas e para a formação de profissionais preparados para lidar com os desafios do setor. Ele reforçou que a cooperação entre sociedade civil, setor público e iniciativa privada é essencial para transformar o panorama do saneamento no Brasil.



1.2. Nicola Miccione - Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro

O Secretário de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro, Nicola Miccione, ressaltou a importância das concessões como marco na transformação do saneamento no estado, relacionando sua fala aos desafios enfrentados pelo Rio de Janeiro diante de problemas históricos de infraestrutura, ocupação irregular do solo e impactos recorrentes das chuvas. Segundo ele, a concessão foi uma resposta estratégica para um cenário de décadas de falta de investimentos e de capacidade operacional limitada.

“Uma pequena chuva já paralisa setores estratégicos e escancara o tamanho dos desafios que acumulamos por décadas. Isso reforça que a concessão foi a decisão correta para o Rio de Janeiro.”

Ainda, Nicola Miccione destacou que o modelo adotado no estado tornou-se referência nacional, ampliou investimentos, gerou empregos e fortaleceu a segurança hídrica. Também ressaltou que o setor público permanece com papel central, garantindo equilíbrio entre eficiência econômica e bem-estar social.

Encerrando sua fala, Nicola enfatizou a importância da cooperação entre estado, municípios, concessionárias e sociedade civil para avançar na universalização do saneamento e ampliar o acesso a serviços de qualidade para toda a população fluminense.



1.3. Marcel Sanches - Presidente ABES Nacional

Em seguida, Marcel Sanches, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), enfatizou a relevância da colaboração entre diferentes setores para o avanço do saneamento no Brasil, destacando o papel essencial da ABES na articulação de esforços. Ele celebrou as conquistas no setor e reforçou a importância de regulamentações claras e eficientes para garantir a universalização dos serviços até 2033.

Marcel destacou que o saneamento é mais do que uma questão técnica; é um pilar fundamental da saúde pública e da dignidade humana. Ele mencionou a necessidade de investimentos consistentes e planejamento a longo prazo, combinados com inovação e capacitação profissional.

"O saneamento é uma questão de saúde pública e dignidade, e requer investimentos sólidos e visão de longo prazo para transformar vidas."

O presidente nacional da ABES também ressaltou a importância dos eventos promovidos pela associação como espaços para troca de experiências e avanços no setor. Ele reforçou que o compromisso com a qualidade e eficiência deve ser a base para atender às demandas crescentes da sociedade.



1.4. Leonardo Picciani - Ministério das Cidades

Encerrando a mesa de abertura, Leonardo Picciani abordou os principais desafios para a universalização do saneamento no Brasil, destacando a necessidade de investimentos robustos, capacitação profissional e redução **das desigualdades regionais**. Ele enfatizou que a meta de universalização até 2033 exige esforços conjuntos dos governos federal, estaduais e municipais, além da participação ativa das concessionárias e operadores do setor.

O secretário elogiou o modelo de concessões adotado pelo Rio de Janeiro como um exemplo bem-sucedido de parceria público-privada, apontando-o como referência para outros estados. Ele também anunciou iniciativas do governo federal para fomentar o setor, incluindo o direcionamento de 32 bilhões de reais no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para projetos de saneamento, drenagem urbana e contenção de desastres naturais.

Por fim, destacou a importância de atender regiões rurais e urbanas igualmente, promovendo a capacitação de técnicos e gestores para garantir a eficiência na execução dos projetos; assim como o compromisso do Ministério das Cidades em apoiar o setor por meio de novos programas e incentivos fiscais.

"O saneamento é essencial para a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável. Devemos unir esforços para garantir que essa meta seja alcançada em todo o Brasil."



2. SUPERAÇÃO E DESAFIOS OBSERVADOS COM AS CONCESSÕES NO RIO DE JANEIRO

O primeiro painel do SANEARio 2024, mediada por **Nicola Miccione**, secretário de Estado da Casa Civil, reuniu representantes das principais empresas de saneamento que atuam no estado do Rio de Janeiro: Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), Iguá Rio, Rio + Saneamento, Águas do Rio e Zona Oeste Mais Saneamento.

A mesa teve como foco apresentar um balanço dos três primeiros anos do modelo de concessões no estado, discutindo avanços, desafios e perspectivas futuras. Em comum, as falas ressaltaram que o modelo fluminense tem se consolidado como referência nacional, ao mesmo tempo em que reforçaram a necessidade de cooperação contínua entre setor público e privado para garantir eficiência, sustentabilidade e inclusão social.

Os representantes destacaram resultados expressivos já alcançados, como a ampliação do acesso à água potável e aos serviços de esgotamento sanitário, geração de empregos, investimentos robustos em infraestrutura e modernização tecnológica, além de alertarem para desafios estruturais que ainda precisam ser enfrentados. Entre eles, destacam-se a expansão dos serviços em áreas vulneráveis, a redução de perdas, a adaptação às mudanças climáticas e a promoção de educação ambiental.

A mesa também enfatizou a importância da inovação e da responsabilidade compartilhada como pilares para alcançar a universalização até 2033. O alinhamento entre políticas públicas, investimentos privados e engajamento comunitário foi apontado como condição essencial para transformar o saneamento em um direito efetivo para toda a população fluminense.



2.1. Impacto das Concessões no Rio de Janeiro e das Parcerias Público-Privadas no Saneamento

por Nicola Miccione - Secretário de Estado da Casa Civil

Na mesa dedicada às concessões e parcerias público-privadas, Nicola Miccione, secretário de Estado da Casa Civil, apresentou uma análise contundente sobre a transformação do setor de saneamento no Rio de Janeiro. Em um discurso firme e otimista, ele compartilhou os avanços conquistados, os desafios enfrentados e as prioridades futuras para consolidar um modelo de gestão eficiente e sustentável.

Nicola iniciou sua fala ressaltando as mudanças estruturais provocadas pela adoção do regime de concessões, classificando o modelo fluminense como referência nacional. Para ele, a experiência do estado mostra que é possível transformar problemas históricos em oportunidades sólidas de desenvolvimento.



"As concessões transformaram desafios em oportunidades, provando a resiliência e o potencial do nosso setor"

Segundo o secretário, as concessões permitiram avanços significativos na infraestrutura, ampliaram a entrega de serviços, geraram empregos e melhoraram diretamente a qualidade de vida de milhões de cidadãos. Ele destacou ainda que a transparência e a governança são pilares centrais desse processo: o setor público, mesmo com a presença de operadores privados, continua desempenhando um papel essencial na garantia da universalização.

A fala também abordou críticas e percepções sobre o modelo de concessões. Nicola enfatizou que a supervisão rigorosa e o equilíbrio entre retorno financeiro e bem-estar social são fundamentais para o sucesso do modelo. O acesso equitativo aos serviços, especialmente nas regiões mais vulneráveis, deve permanecer como prioridade máxima.

O secretário celebrou resultados concretos já alcançados: mais de 1 milhão de pessoas passaram a ter acesso ampliado à água potável e aos serviços de saneamento. Além disso, ressaltou os impactos econômicos positivos

decorrentes dos investimentos e da geração de empregos, assim como os ganhos ambientais com a gestão mais eficiente dos recursos e a redução da poluição.

Encerrando sua participação, Nicola defendeu a inovação contínua e a ampliação dos investimentos no setor. Entre as prioridades, citou a aplicação de tecnologias para otimizar a prestação de serviços, a expansão do saneamento para áreas rurais e a formação de novas gerações de profissionais preparados para lidar com desafios em constante evolução.

"Nossa jornada em direção à universalização do saneamento é uma maratona, não um sprint. Requer comprometimento inabalável, colaboração e inovação."

Com ênfase em **responsabilidade, inclusão e inovação**, a experiência fluminense se consolida como um modelo robusto de reforma no saneamento, alinhado aos princípios do desenvolvimento sustentável e capaz de inspirar outras regiões do país.

2.2. A Transformação do Saneamento no Rio de Janeiro

por Aguinaldo Ballon, Diretor-Presidente da CEDAE



Com uma fala centrada na atuação pública e na importância da cooperação com as concessionárias, Aguinaldo Ballon apresentou a perspectiva da CEDAE sobre os avanços e desafios do saneamento no estado do Rio de Janeiro. Sua fala destacou avanços concretos, desafios estratégicos e a importância da cooperação entre o setor público e o privado para acelerar a universalização dos serviços.

Ballon iniciou ressaltando que, mesmo com o novo modelo de concessões, a CEDAE segue com um papel estratégico para garantir segurança hídrica e abastecimento de milhões de fluminenses.

Segundo Ballon, a missão da CEDAE vai além de fornecer água e tratar esgoto. Trata-se de liderar uma transformação que promove saúde,

qualidade de vida e sustentabilidade ambiental para as comunidades atendidas.

“O saneamento é um direito de todos, e a CEDAE está comprometida em garantir que cada morador do estado tenha acesso a esse bem essencial.”

O Diretor-Presidente destacou os impactos positivos já alcançados pelo modelo: aumento dos investimentos em infraestrutura, ampliação dos serviços em áreas historicamente desassistidas, geração de empregos e dinamização da economia local. Ele reforçou que as concessões abriram espaço para um ambiente de inovação, mantendo o compromisso com serviços acessíveis e de qualidade.

Aguinaldo também apontou que alcançar a universalização até 2033 é uma meta ambiciosa que exige esforços conjuntos e coordenados. Entre os desafios, destacou:

1. **Reduzir Desigualdades Regionais:** Garantir que comunidades vulneráveis também tenham acesso aos serviços.
2. **Adotar Soluções Tecnológicas:** Integrar tecnologias que melhorem a eficiência operacional e reduzam custos.
3. **Fortalecer a Colaboração Público-Privada:** Manter parcerias que incentivem investimentos contínuos.

Além disso, destacou a importância de fomentar uma cultura de educação ambiental e uso consciente da água para garantir a sustentabilidade dos serviços no longo prazo.

Encerrando sua fala, Ballon reafirmou o compromisso da CEDAE em consolidar os avanços conquistados e liderar, ao lado das concessionárias e do poder público, a construção de um modelo sólido e inspirador para outros estados do país – combinando crescimento econômico, responsabilidade ambiental e inclusão social.

2.3. Transformando o Saneamento no Rio de Janeiro

por Flávio Vaz, Diretor-Geral da Iguá Rio

Representando a Iguá Saneamento, **Flávio Vaz** apresentou uma visão abrangente sobre os impactos do modelo de concessões no setor de saneamento do estado. Em sua fala, destacou os avanços já alcançados, os desafios persistentes e o papel estratégico da empresa na modernização da infraestrutura hídrica e sanitária, especialmente em áreas historicamente desassistidas.

Flávio enfatizou que o compromisso da Iguá Rio vai além da prestação de serviços básicos: o saneamento é um instrumento de promoção de qualidade de vida, saúde pública e desenvolvimento social.



Sob sua liderança, a empresa tem avançado de forma consistente na ampliação do acesso à água tratada e à coleta e tratamento de esgoto, alinhando suas ações às metas de universalização previstas até 2033.

"O saneamento não é apenas um serviço. É uma transformação que impacta vidas e constrói um futuro mais justo e sustentável para todos."

Entre os resultados alcançados desde o início da concessão, Flávio destacou a ampliação do atendimento para mais de 200 mil pessoas, com cerca de 94 mil novas ligações de água e 73 mil de esgoto. Mencionou ainda os investimentos em tecnologia e obras estruturantes que modernizaram a infraestrutura e contribuíram para a geração de empregos diretos e indiretos em diversas regiões do estado. Transparência e proximidade com a comunidade foram ressaltadas como pilares centrais do modelo de gestão da Iguá Rio.

Apesar dos avanços, o Diretor-geral destacou que o caminho para a universalização ainda envolve desafios importantes: levar infraestrutura para áreas de difícil acesso, ampliar a educação ambiental e preparar o setor para os impactos das mudanças climáticas. Para enfrentá-los, reforçou a importância das parcerias público-privadas e da inovação tecnológica como ferramentas essenciais para garantir eficiência operacional e sustentabilidade de longo prazo.

Encerrando sua fala, Flávio reafirmou a visão de futuro da Iguá Rio, pautada por investimentos contínuos e responsabilidade socioambiental. Ele destacou o papel das concessionárias como agentes de mudança, atuando em parceria com

o poder público para oferecer soluções integradas, promover inclusão social e proteger os recursos naturais.

“O saneamento é um direito humano básico, e nosso compromisso é garantir que cada pessoa tenha acesso a esse direito com qualidade, eficiência e respeito ao meio ambiente.”

2.4. A Revolução no Saneamento do Rio de Janeiro

por Leonardo Righetto, Diretor-Presidente da Rio + Saneamento



Em sua apresentação, Leonardo Righetto, Diretor-Presidente da Rio+ Saneamento, compartilhou uma visão inspiradora sobre o papel da concessionária no avanço do saneamento no estado do Rio de Janeiro.

Em sua fala, destacou os impactos positivos da atuação da empresa, os desafios ainda enfrentados e os caminhos para alcançar a universalização do saneamento na região.

Leonardo iniciou reforçando que o compromisso da Rio+ Saneamento vai além da operação de sistemas de água e esgoto. Para ele, o saneamento é uma ferramenta essencial para promover dignidade humana, saúde pública e desenvolvimento sustentável. A missão, segundo o diretor-presidente, é construir condições reais para melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas, sobretudo nas áreas mais vulneráveis.

“O saneamento é muito mais do que infraestrutura. É um direito básico que transforma vidas e fortalece comunidades.”

Entre os resultados já obtidos, Leonardo Righetto apresentou números que refletem os avanços realizados pela Rio+ Saneamento desde o início da concessão:

- **Expansão do Acesso:** Mais de 300 mil pessoas passaram a ser atendidas com serviços regulares de água e esgoto.
- **Redução de Perdas:** Modernização dos sistemas para minimizar perdas e otimizar a distribuição de água.
- **Benefícios Ambientais:** Melhorias significativas no tratamento de esgoto, resultando em maior proteção aos rios e mananciais da região.
- **Geração de Empregos:** Criação de oportunidades diretas e indiretas em diversas comunidades atendidas.

Esses resultados, segundo Leonardo, são fruto de investimentos consistentes em tecnologia, infraestrutura e qualificação profissional.

Embora os avanços sejam expressivos, Leonardo reconheceu que o setor ainda enfrenta grandes desafios. Ele destacou as principais barreiras:

1. **Infraestrutura em Áreas de Risco:** A complexidade de levar serviços a regiões de difícil acesso, especialmente comunidades em áreas irregulares.
2. **Conscientização da População:** A importância de promover educação ambiental para o uso consciente da água e a preservação dos sistemas de saneamento.
3. **Adaptação às Mudanças Climáticas:** Planejar e implementar soluções resilientes que protejam as cidades contra eventos extremos, como enchentes e secas.

Leonardo reforçou que superar esses desafios exige um esforço conjunto entre concessionárias, governos e a sociedade civil.

Encerando sua fala, Leonardo Righetto destacou a importância de manter uma visão de longo prazo para o setor, com investimentos contínuos e parcerias sólidas. Ele apontou que a Rio+ Saneamento está comprometida em liderar iniciativas que aliem inovação, sustentabilidade e inclusão social, colocando as pessoas no centro de suas operações.

"Nosso trabalho é garantir que cada pessoa tenha acesso a serviços de qualidade, promovendo igualdade e transformando o futuro das próximas gerações."

2.5. A Inovação e os Desafios do Saneamento,

por Sinval Andrade, Diretor Institucional da Águas do Rio

Na sua apresentação, Sinval Andrade compartilhou uma visão estratégica sobre os avanços, desafios e inovações que têm marcado a atuação da concessionária no estado do Rio de Janeiro.

Com ênfase no impacto social de suas ações, destacou o papel da empresa na transformação estrutural do setor e no compromisso com a universalização dos serviços de saneamento.



Sinval Andrade resaltou que a Águas do Rio tem trabalhado intensamente para revolucionar o setor de saneamento no estado, com foco em levar dignidade e qualidade de vida às comunidades atendidas. Ele destacou que a empresa adotou uma abordagem baseada na inclusão e na sustentabilidade, integrando inovação tecnológica e gestão eficiente para alcançar resultados duradouros.

"Saneamento não é apenas uma questão técnica; é uma transformação social que muda vidas e impulsiona comunidades para um futuro melhor."

Entre os avanços já alcançados, destacou a ampliação do atendimento para mais de 1,5 milhão de pessoas com acesso regular a água e esgoto, a redução significativa de perdas no sistema graças à modernização da infraestrutura e o fortalecimento do vínculo com as comunidades por meio de ações sociais e de educação ambiental. Para Sinval, esses resultados demonstram o impacto positivo de parcerias bem estruturadas entre o setor público e o privado, alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Apesar dos resultados expressivos, o diretor institucional destacou que ainda há desafios relevantes a serem enfrentados. Entre eles, a expansão do atendimento em áreas de difícil acesso, a ampliação de programas de educação ambiental para uso responsável da água e a necessidade de preparar os sistemas para eventos climáticos extremos, como enchentes e secas. Ele ressaltou que esses desafios só podem ser superados por meio de parcerias sólidas e comprometimento coletivo entre governos, empresas e sociedade civil.

Sinval também enfatizou a inovação tecnológica como pilar central das operações da Águas do Rio. Mencionou o uso de sistemas inteligentes de gestão de água e esgoto, que aumentam a eficiência operacional e reduzem custos, além de práticas sustentáveis, como o uso de energias renováveis e a proteção de mananciais, garantindo a preservação dos recursos naturais para as próximas gerações.

"A sustentabilidade e a inovação caminham lado a lado para garantir que o saneamento seja um direito de todos e um legado para o futuro."

Sinval Andrade finalizou sua fala reafirmando o compromisso da Águas do Rio com a universalização do saneamento no estado. Ele destacou que a empresa está empenhada em criar um modelo de operação que seja referência nacional, com foco em eficiência, inclusão e impacto social positivo.

2.6. Transformando a Zona Oeste

por Daniel Moura, Diretor-Presidente da Zona Oeste Mais Saneamento



À frente da Zona Oeste Mais Saneamento, Daniel Moura apresentou uma reflexão sobre os avanços e desafios do saneamento básico em uma das regiões mais populosas e complexas do estado do Rio de Janeiro.

Em sua fala, ressaltou o compromisso da concessionária em melhorar a qualidade de vida da população local, com ênfase na inclusão social, na sustentabilidade e na construção de um modelo de gestão voltado ao impacto social positivo.

Daniel iniciou destacando o papel estratégico da Zona Oeste Mais Saneamento na universalização dos serviços em uma região que, historicamente, enfrentou severos déficits de infraestrutura. Segundo ele, a atuação da concessionária se baseia na eficiência operacional, na inovação e no diálogo contínuo com as comunidades atendidas,

reconhecendo que o saneamento é uma questão de dignidade e justiça social.

"O saneamento na Zona Oeste é mais do que uma questão de infraestrutura; é uma questão de dignidade e de justiça social para milhões de pessoas."

Entre os avanços já alcançados, o diretor-presidente ressaltou a ampliação do acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário para milhares de famílias, a modernização e expansão das redes e estações de tratamento, além do fortalecimento da relação com os moradores por meio de ações sociais e programas de educação ambiental. Para Daniel, o diálogo direto e permanente com a população é um elemento essencial para garantir a efetividade das ações e construir soluções duradouras.

Apesar dos resultados expressivos, Daniel Moura reconheceu que os desafios na Zona Oeste exigem soluções específicas e adaptadas às condições locais. A dificuldade de acesso a determinadas comunidades, a necessidade de ampliar iniciativas de educação ambiental e o crescimento populacional acelerado são pontos que demandam planejamento contínuo e investimentos robustos. Ele reforçou que a adoção de tecnologias avançadas e parcerias estratégicas com governos e organizações sociais são fundamentais para enfrentar esses obstáculos.

"Além das nossas lojas de atendimento e canais digitais, temos diversos projetos para uma maior integração com a população. Esse diálogo constante é o caminho para ampliarmos o saneamento básico a todos"

Ele reforçou que, para superar esses desafios, a concessionária tem investido em tecnologias avançadas e parcerias estratégicas com governos e organizações sociais.

"Nossa missão é melhorar, todos os dias, a qualidade de vida de moradores da Zona Oeste do Rio. É um compromisso que assumimos desde 2012, quando chegamos à região "

A sustentabilidade foi destacada como um dos pilares das operações da Zona Oeste Mais Saneamento. Daniel mencionou iniciativas voltadas para a proteção de mananciais, a redução de perdas e a adoção de fontes renováveis de energia como estratégias essenciais para garantir um modelo de operação ambientalmente responsável e resiliente frente aos desafios futuros.

"Nossa missão é transformar a Zona Oeste em um modelo de desenvolvimento sustentável, onde o saneamento seja um direito assegurado a todos."

Encerrando sua participação, Daniel ressaltou que a trajetória da Zona Oeste é marcada por planejamento, inovação e compromisso social. Ele enfatizou que a região avança de forma consistente rumo a um futuro mais justo e equilibrado, no qual o acesso ao saneamento básico deixa de ser um privilégio e se consolida como um direito garantido para todos os moradores.

3. DISCUSSÃO DOS DESAFIOS DAS CONCESSÕES DO SANEAMENTO NO RIO DE JANEIRO

O segundo painel do SANEARio 2024, mediado por Renato Espírito Santo, presidente regional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-RJ), reuniu representantes de órgãos públicos, entidades reguladoras, especialistas em planejamento urbano e lideranças comunitárias. A mesa foi dedicada a discutir os principais desafios das concessões de saneamento no estado do Rio de Janeiro, abordando governança, regulação, planejamento, gestão hídrica e participação social.

O debate destacou a importância de fortalecer os mecanismos de monitoramento e controle social, representados pelos Comitês de Monitoramento, apresentados por **Eduardo Figueira**. Na sequência, **Bruno Sasson** abordou o papel do planejamento urbano integrado, destacando o uso de tecnologias e dados geoespaciais para orientar políticas públicas e conectar saneamento, habitação, mobilidade e energia de forma coordenada. Já **Marcus Vinícius** ressaltou a importância de uma regulação forte e transparente, capaz de equilibrar os interesses entre concessionárias e população, garantindo segurança jurídica, qualidade dos serviços e sustentabilidade dos investimentos.

A mesa também enfatizou o papel fundamental dos municípios e das comunidades na efetivação das concessões. **Wanderson dos Santos** destacou a gestão hídrica como eixo estratégico para garantir segurança no abastecimento e resiliência frente às mudanças climáticas, enquanto **Sávio da Silva** reforçou que a inclusão comunitária e a educação ambiental são elementos indispensáveis para que as soluções sejam efetivas e duradouras. Em convergência, as falas ressaltaram que o futuro do saneamento no Rio de Janeiro depende de um modelo colaborativo, transparente e orientado pelo interesse público.



3.1 Um Pilar para o Futuro Sustentável

por Renato Espírito Santo - Presidente Regional da ABES-RJ



Renato Espírito Santo, Presidente regional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-RJ), desempenha um papel central no fortalecimento da gestão sanitária no Brasil. Em suas falas, ele destaca a necessidade de integrar práticas sustentáveis com soluções tecnológicas inovadoras para enfrentar desafios ambientais emergentes.

“O saneamento básico é a espinha dorsal do desenvolvimento social e ambiental, e avançar nesse setor requer o comprometimento de todos os setores da sociedade”.

Renato também aponta que eventos e capacitações promovidos pela ABES-RJ têm sido cruciais para a disseminação de boas práticas e para a formação de profissionais preparados para lidar com os desafios do setor. Ele reforça que a cooperação entre sociedade civil, setor público e iniciativa privada é essencial para transformar o panorama do saneamento no Brasil.

3.2 A Importância dos Comitês de Monitoramento

por Eduardo Figueira - Comitê de Monitoramento das Concessões



Durante sua participação no SANEARio 2024, Eduardo Figueira apresentou uma análise estratégica sobre o papel dos Comitês de Monitoramento no acompanhamento das concessões de saneamento no estado. Destacou o potencial transformador desses instrumentos de controle social, os avanços obtidos até agora e os desafios ainda existentes no contexto brasileiro.

Explicou que os comitês, previstos contratualmente nas concessões, têm como objetivo garantir a participação da sociedade civil na fiscalização da execução contratual. Atuam de forma consultiva e voluntária, aproximando a população das decisões e contribuindo para ampliar a transparência e a representatividade. Eduardo relatou sua experiência à frente do Bloco 2, correspondente à região da Barra da Tijuca, operada pela Iguá Rio, e destacou:

“Os comitês têm um papel fundamental para aproximar a sociedade do

processo de concessão, garantindo mais transparência e representatividade.”

Ressaltou, contudo, que a consolidação desses comitês enfrenta desafios relevantes: ausência de estrutura de apoio técnico e financeiro, diversidade de interesses entre os membros e dificuldade de integração com os órgãos públicos para acesso a informações e respostas ágeis. Segundo ele, superar essas barreiras é essencial para que os comitês evoluam de espaços consultivos para instâncias mais estratégicas de governança.

Apesar das dificuldades, apresentou avanços concretos, como a definição de diretrizes para monitorar a qualidade da água, acompanhar a expansão da infraestrutura e avaliar a sustentabilidade econômica dos contratos. Também valorizou o perfil técnico dos membros, que reúnem especialistas, representantes da sociedade civil e do meio acadêmico, fortalecendo a legitimidade do processo.

“Embora estejamos na primeira geração desses comitês, com muitas pedras para quebrar, acreditamos que eles têm um papel transformador na gestão das concessões.”

Para Eduardo, a fiscalização eficiente deve estar aliada à inovação e à tecnologia. Defendeu o uso de dados e ferramentas digitais para aumentar a capacidade de acompanhamento e garantir que metas contratuais sejam não apenas cumpridas, mas superadas em benefício da população. Encerrou reforçando que os comitês representam uma semente para uma governança mais participativa e transparente no saneamento fluminense.

3.3 Planejamento Urbano Integrado: Um Caminho para a Sustentabilidade no Rio de Janeiro

por Bruno Sasson - Diretor do Instituto Rio Metrópole (IRM)



O Eng. Bruno Sasson, à frente da Diretoria de Saneamento Metropolitano Integrado, no Instituto Rio Metrópole (IRM), enfatizou que o planejamento urbano integrado é a chave para enfrentar os desafios ambientais e sociais na região metropolitana do Rio de Janeiro. Sob sua liderança, o IRM tem desenvolvido projetos voltados para o saneamento básico, como o sistema de captação, o tratamento e a distribuição de água potável, a coleta, o tratamento e a destinação do esgotamento sanitário, gerenciamento de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

“O planejamento baseado em dados e evidências, permite transformar dados em informações decisórias, nos permite ainda identificar as reais necessidades da população e propor soluções eficazes e sustentáveis”.

Bruno enfatizou o uso de tecnologias como sistemas de informações geográficas (SIG), modelagem hidrodinâmica e centros de comando e controle (CCO) para monitoramento contínuo e gestão eficiente dos serviços. Defendeu também a importância da integração entre órgãos públicos, setor privado e sociedade civil, garantindo que as políticas públicas sejam mais ágeis, coordenadas e efetivas. Segundo ele, o tecido urbano da metrópole fluminense é dinâmico e exige monitoramento permanente para assegurar respostas rápidas e bem fundamentadas.

Outro ponto central de sua fala foi a participação social. Para Bruno, nenhuma estratégia de planejamento urbano alcançará sucesso sem o engajamento direto da população.

“Os cidadãos da nossa metrópole fluminense devem ser os protagonistas das transformações que queremos implementar. Sua participação ativa é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa.”

3.4 Regulação Energética e de Saneamento: O Papel da AGENERSA na Gestão Estratégica

por Marcus Vinícius - Procurador-Geral da AGENERSA



Durante sua participação no SANEARio 2024, Marcus Vinícius ressaltou que a regulação é um instrumento essencial para garantir a segurança, a qualidade e a eficiência dos serviços nos setores de energia e saneamento. Segundo ele, cabe às agências reguladoras atuar como mediadoras, equilibrando os interesses das concessionárias com os direitos e necessidades das comunidades atendidas.

“Nosso papel é assegurar que as normas regulatórias sejam cumpridas e que os serviços ofereçam qualidade e segurança à população.”

Marcus destacou que a transparência nos processos decisórios é determinante para atrair investimentos sustentáveis, promover a competitividade e fortalecer a confiança entre todos os atores envolvidos no setor. Reforçou que uma regulação sólida não apenas garante o cumprimento das obrigações contratuais, mas também cria um ambiente favorável à inovação e à expansão dos serviços.

Para ele, uma regulação eficaz permite que concessionárias operem com responsabilidade social e ambiental, ampliando o acesso e garantindo a qualidade dos serviços de saneamento. Encerrando sua fala, enfatizou que a colaboração entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil é fundamental para consolidar avanços e promover o desenvolvimento regional de forma equilibrada e sustentável.

3.5 Gestão Hídrica no Rio de Janeiro: Desafios e Soluções

por Wanderson dos Santos, Secretário Municipal de Infraestrutura



Ao compartilhar sua visão no SANEARio 2024, Wanderson dos Santos destacou a importância de uma gestão hídrica eficiente e integrada para garantir a segurança hídrica da população carioca. Reforçou que a preservação das bacias hidrográficas e o combate ao desperdício de água devem ser prioridades permanentes das políticas públicas voltadas ao setor.

“Precisamos de soluções que combinem inovação tecnológica e conhecimento local. As soluções baseadas na natureza têm mostrado resultados promissores.”

Wanderson enfatizou que a sustentabilidade hídrica passa também pela conscientização da população quanto ao uso racional da água. Destacou que campanhas educativas e iniciativas comunitárias têm papel decisivo para consolidar uma cultura de responsabilidade compartilhada e reduzir perdas ao longo de toda a cadeia de abastecimento.

Por fim, defendeu a ampliação de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil como caminho para desenvolver projetos mais resilientes e de longo prazo.

“A colaboração é a chave para superar os desafios e garantir um abastecimento de qualidade.”

3.6 Inclusão Comunitária e Sustentabilidade: A Voz do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo

por Sávio da Silva - Liderança na Associação do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo



Representando as comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, Sávio da Silva trouxe ao SANEARIO 2024 uma perspectiva essencial sobre o papel do engajamento social na construção de soluções duradouras para o saneamento. Destacou que a participação ativa da população é decisiva para que os projetos atendam, de fato, às necessidades locais.

“Quando a comunidade é ouvida, as soluções tornam-se mais eficazes e sustentáveis.”

Sávio ressaltou a educação ambiental como uma ferramenta transformadora no território, contribuindo para ampliar a conscientização e fortalecer o protagonismo dos moradores. Sob sua liderança, diversas iniciativas de saneamento e gestão de resíduos foram implementadas, gerando impactos positivos diretos na qualidade de vida da população.

Encerrando sua fala, reforçou que a integração entre comunidades e poder público é um caminho indispensável para garantir avanços sociais e ambientais, tornando as políticas públicas mais justas, inclusivas e efetivas.

4. TARIFAS, REEQUILÍBRIO CONTRATUAL E VIABILIDADE PARA INVESTIMENTO

O Painel 3 foi aberto por **Miguel Fernández y Fernández**, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ), que destacou a relevância do debate sobre tarifas, reequilíbrio contratual e viabilidade de investimentos justamente no marco dos três anos de implantação das concessões de saneamento no estado do Rio de Janeiro. Ele lembrou que

o processo de concessões surgiu em um contexto de grandes desafios e marcou um novo momento para o setor, com a entrada de novos operadores e a necessidade de construir um diálogo sólido entre concessionárias, órgãos públicos, instituições de ensino, sociedade civil e entidades técnicas e regulatórias.

Miguel ressaltou que as discussões iniciadas nas primeiras edições do evento tiveram papel importante na construção de diretrizes técnicas que hoje norteiam o setor, inclusive contribuindo para a elaboração de normas de referência nacionais. Segundo ele, os debates realizados no Rio de Janeiro têm se transformado em insumos concretos para avanços regulatórios e técnicos em todo o país, reforçando o protagonismo fluminense nesse processo. Ao contextualizar a pauta, ele lembrou que é justamente a partir do terceiro ano de execução dos contratos que começam a ser mensurados os principais indicadores e índices que embasam os mecanismos de reajuste tarifário e de reequilíbrio contratual.

Por fim, Miguel agradeceu às instituições parceiras, aos apoiadores e aos debatedores pela participação ativa na construção de um espaço de discussão qualificado, que contribui para fortalecer a governança, a transparência e a sustentabilidade do setor de saneamento.



4.1 Tarifas, Reequilíbrio Contratual e Viabilidade para Investimentos

por Daniela Gaio - Secretária Executiva da AGENERSA



Na abertura do painel, Daniela Gaio destacou o papel estratégico da AGENERSA no cenário das concessões de saneamento básico, ressaltando os desafios de equilibrar eficiência operacional, sustentabilidade econômica e garantia de acesso aos serviços essenciais. Segundo ela, o novo marco legal representa uma oportunidade de transformação estrutural do setor, mas também evidencia a importância de fortalecer a regulação e a capacidade técnica das agências reguladoras estaduais.

Daniela explicou que, nesse novo contexto, a atuação da AGENERSA vai além da fiscalização tradicional: a agência tem assumido um papel de mediação entre concessionárias, poder público e consumidores para assegurar o cumprimento das metas de universalização previstas em contrato. Um dos pontos centrais de sua fala foi a tarifa social, que, apesar de essencial para garantir o atendimento à população em situação de vulnerabilidade, requer planejamento cuidadoso para evitar desequilíbrios financeiros e garantir a viabilidade dos investimentos.

Outro destaque foi a necessidade de aprimorar a governança regulatória no estado. Daniela defendeu a padronização de práticas e o uso de indicadores de desempenho como instrumentos para medir resultados e garantir transparência. Reforçou também a importância da comunicação clara com a sociedade, por meio de campanhas educativas sobre direitos e deveres dos consumidores, fortalecendo a confiança nas instituições reguladoras.

Na sequência, abordou de forma técnica os mecanismos de reequilíbrio e reajuste contratual, que considera fundamentais para a sustentabilidade do setor. Explicou que o reequilíbrio é acionado em situações como aumento da adesão à tarifa social, mudanças econômicas e novas exigências regulatórias, sempre com base em critérios objetivos e contratos claros. Já os reajustes

periódicos corrigem distorções causadas por inflação e variações de custos, devendo ser conduzidos com previsibilidade e transparência. Daniela concluiu reforçando o compromisso da AGENERSA em garantir equilíbrio entre os interesses das concessionárias, dos consumidores e do poder público, com base em decisões técnicas e diálogo permanente.

“A regulação forte e transparente é a chave para equilibrar o acesso aos serviços essenciais e a sustentabilidade dos contratos de saneamento.”

4.2 O Impacto das Tarifas no Saneamento

por Karina Alencar - Diretora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-RJ)



Karina Alencar, economista e doutoranda em engenharia ambiental, abordou sobre o forte impacto da tarifa social na universalização do saneamento. Ela demonstrou, com base nos contratos de concessão novos, como são realizados os cálculos do reajuste e como as tarifas sociais afetam o reajuste.

Os novos contratos de concessão de saneamento no RJ completaram 3 anos em 2024 e estão em fase de amadurecimento. O item tarifa social é um ponto importante de atenção e discussão, em virtude da sua alta capacidade de influenciar o aumento tarifário caso a abrangência das áreas de tarifa social ultrapasse o limite ou teto dos contratos.

O teto da atuação das concessionárias com economias sociais é de 5% para os blocos 1,2 e 4, e de 7,5% para o bloco 3; ou seja, foi acordado que nos blocos 1, 2 e 4: no mínimo 95% dos usuários devem estar enquadrados na tarifa base e

até 5% na tarifa social; no bloco 3: no mínimo 92,5% dos usuários devem estar na tarifa base e até 7,5% na tarifa social. Caso os usuários beneficiários de Tarifa Social (TS) ultrapassem esses limites, cabe o pleito de reajuste pelas concessionárias.

Karina Alencar explicou que o termo Tarifa Social (TS) nos contratos não é o valor da tarifa social em si como parece pelo nome, e sim, um percentual do subsídio que as economias dos blocos aplicam à tarifa social. Sendo o teto da TS de 5% e 7,5%, conforme o bloco.

Para explicar sobre o reajuste, salientou que na fórmula de reajuste há 2 tipos de tarifas, a Tarifa base (Tb) que é a tarifa atual, e a Tarifa efetiva (Te) que é a tarifa após o reajuste. E existem 2 tipos de índices, IDG e ITS.

$$\text{Tarifa efetiva} = \text{Tarifa base} * \text{IDG} + \text{Tarifa base} * \text{ITS}$$

O IDG é basicamente um índice de desempenho, e o ITS um índice de tarifa social. O impacto da Tarifa Social na universalização está na sua capacidade de influenciar o aumento tarifário, que tende a ser alta em virtude das atuais premissas contratuais e contexto social existente no Rio de Janeiro, e por isso a diretora propôs a discussão com os atores.

Se aproximadamente 23% da população do estado vive em áreas de maior vulnerabilidade, o limite de 5% e 7,5% para tarifa social será ultrapassado permanentemente. Atender a todos os 23% implica ultrapassar o limite dos contratos em 18% para os blocos 1, 2 e 4; e 15,5 % para o bloco 3. Qual seria o efeito disso? Um pleito de reajuste justificado pela TS através do Índice de Tarifa Social (ITS) e Karina Alencar explicou os cálculos e valores em seguida.

O ITS é uma fórmula e muda conforme o bloco. Nos blocos 1,2 e 4:

$$ITS = \frac{0,5 * TS - 2,5\%}{97,5\%}$$

No bloco 3:

$$ITS = \frac{0,5 * TS - 3,75\%}{96,25\%}$$

Sendo assim, para os blocos 1, 2 e 4 a tarifa social impactaria em um reajuste de 6,67%, e no bloco 3, um aumento de 4,16% até que essas condições sociais sejam regularizadas ou um reequilíbrio discutido.

A doutoranda destacou que atualmente a tarifa social para um consumo de até 15m³ de água é de R\$24,99 e de esgoto de R\$24,99 no Rio de Janeiro, que equivale a aproximadamente 69% de desconto sobre a tarifa normal (AGENERSA). E a tarifa social também é reajustada, e atualmente a Agenersa

estuda a possibilidade do valor ser de R\$ 27,45 para água e o mesmo valor para esgoto, mantendo a representatividade de desconto próximo de 69% sobre a tarifa efetiva conforme quadro abaixo.

Tarifa Social X Tarifa Efetiva (15 m ³) - Água e Esgoto					
	Social	Área A	Δ%	Área B	Δ%
Bloco 1	R\$ 54,90	R\$ 177,43	30,9%	R\$ 155,64	35,3%
Bloco 2	R\$ 55,72	R\$ 180,11	30,9%	R\$ 157,99	35,3%
Bloco 3	R\$ 54,72	R\$ 176,91	30,9%	R\$ 155,18	35,3%
Bloco 4	R\$ 56,36	R\$ 182,19	30,9%	R\$ 159,81	35,3%

Salientou que esses reajustes discutidos são relativos às concessionárias privadas e não à tarifa da CEDAE. E resumidamente explicou que o reajuste da CEDAE, cabe outra fórmula (Preço_a). Ele é alterado pelo índice IRC, que representa índices de preços de mão-de-obra, energia elétrica e produtos químicos.

$$\text{PREÇO}_a = \text{PREÇO}_{a-1} * \text{IRC}$$

Foi lembrado que a tarifa das concessionárias se relaciona com a tarifa da CEDAE, e exemplificou essa correlação com o contrato da área 1, que ocorre entre 37,5% e 47,1%, conforme figura a seguir.

P1, P2, P3, P4 e P5: São fatores de ponderação a serem aplicados sobre os índices usados na fórmula, cujos valores constam no **ANEXO III – INDICADORES DE DESEMPENHO E METAS DE ATENDIMENTO** deste CONTRATO. A somatória dos fatores de ponderação deve ser igual a 1 (um).

Tabela 5 – Definição dos Fatores de Ponderação

	Item	Anos 1 a 3	Anos 4 a 6	Anos 7 a 9	Anos 10 a 12	Anos 13 a 15	Anos 16 a 18	Anos 19 a 21	Anos 22 a 24	Anos 25 a 27	Anos 28 a 30	Anos 31 a 33	Anos 34 e 35
P1	Mão de Obra ¹	10,3%	9,3%	17,7%	23,5%	24,0%	24,8%	26,6%	26,9%	27,1%	26,7%	26,9%	27,1%
P2	Energia Elétrica	4,4%	3,8%	7,9%	12,1%	12,2%	12,6%	13,4%	13,5%	13,6%	14,2%	15,8%	16,0%
P3	Produtos Industriais ²	2,5%	2,4%	4,9%	6,5%	6,6%	6,8%	7,3%	7,4%	7,4%	7,6%	8,1%	8,1%
P4	Água da CEDAE	37,5%	26,4%	40,4%	46,5%	45,9%	46,5%	48,7%	49,0%	49,4%	48,0%	46,7%	47,1%
P5	CAPEX (Construção Civil)	45,3%	58,1%	29,1%	11,4%	11,3%	9,3%	4,0%	3,2%	2,5%	3,5%	2,5%	1,7%

Fonte: Consórcio

Por fim a economista explicou que é importante a atuação dos atores em conjunto para que a universalização do saneamento seja alcançada, através da discussão estruturada voltada para o amadurecimento e adequação dos termos

contratuais junto a sociedade, empresas e governo, pois todos almejam o objetivo comum de disponibilidade de água e esgotamento sanitário para todos.

4.3 Estrutura Tarifária e a Tarifa Social

por Alexandre Anderáos - Superintendente Adjunto da ANA



Alexandre Anderáos apresentou uma análise sobre o papel estratégico da tarifa social na promoção do acesso a serviços básicos de saneamento para famílias de baixa renda. Destacou que, embora seja um instrumento essencial de inclusão, sua aplicação deve ser compatível com os contratos de concessão e com as diretrizes regulatórias nacionais para garantir equilíbrio e sustentabilidade financeira ao setor.

Explicou que a Lei da Tarifa Social determina que o benefício represente 50% da tarifa base para famílias cadastradas no CadÚnico. No entanto, no estado do Rio de Janeiro, esse percentual é atualmente de 30%, criando discrepâncias em relação ao parâmetro nacional. Entre os principais desafios, Alexandre ressaltou a necessidade de uma transição gradual para os novos parâmetros da ANA e apontou falhas na gestão e atualização do CadÚnico, que dificultam a correta identificação das famílias elegíveis.

Ao tratar dos reajustes tarifários, Alexandre abordou a importância do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Destacou que a Norma de Referência nº 10 da ANA estabelece o IPCA como índice de reajuste para contratos futuros, mas alertou que qualquer ampliação da tarifa social impacta diretamente a receita tarifária das concessionárias. Por isso, defendeu a

necessidade de ajustes contratuais contínuos e de mecanismos compensatórios, como subsídios cruzados, para mitigar eventuais desequilíbrios.

“A tarifa social é uma ferramenta poderosa de inclusão, mas precisa estar acompanhada de mecanismos sólidos de equilíbrio contratual para garantir a sustentabilidade dos serviços.”

Encerrando sua fala, Alexandre destacou que a finalidade última das políticas tarifárias deve ser a universalização do saneamento, equilibrando a capacidade de pagamento da população com a viabilidade dos investimentos. Ressaltou ainda a importância do planejamento baseado em dados sobre renda e consumo regional, lembrando que as regiões Norte e Nordeste enfrentam maiores desafios. Por fim, reforçou o papel da ANA como mediadora e formuladora de diretrizes que harmonizem os interesses da sociedade, dos governos e das concessionárias.

4.4 A Regulação Tarifária no Saneamento

por Luiz Firmino - Pesquisador Sênior do Centro de Estudo em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV)



Luiz Firmino trouxe ao SANEARio 2024 uma análise aprofundada sobre a estrutura tarifária, a regulação e a governança no setor de saneamento. Sua fala ressaltou que a consolidação do novo marco regulatório brasileiro depende do equilíbrio entre inclusão social, sustentabilidade financeira e segurança jurídica para atrair investimentos e garantir a universalização dos serviços.

Ao tratar da estrutura tarifária, destacou a importância de instrumentos que assegurem a sustentabilidade econômica das operações. Entre eles, mencionou a adoção de tarifa fixa ou consumo mínimo para garantir a cobertura dos custos fixos das concessionárias e a aplicação da tarifa de disponibilidade para usuários que se beneficiam da infraestrutura sem estarem diretamente conectados à rede. Chamou atenção ainda para o impacto da tarifa social nas finanças do setor e para a necessidade de planejamento regulatório cuidadoso, especialmente diante da inclusão automática dos usuários cadastrados no CadÚnico, prevista pela Lei nº 14.898/2024.

No eixo da regulação e governança, Firmino ressaltou o papel das normas de referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que ajudam a padronizar práticas regulatórias, reduzir a judicialização e garantir previsibilidade para operadores e investidores. Defendeu também a importância de um modelo regulatório transparente e eficiente, capaz de ampliar a participação dos diferentes atores do setor e equilibrar tarifas acessíveis com sustentabilidade operacional.

Por fim, abordou um ponto sensível: o comprometimento da renda familiar com tarifas de saneamento. Citou referências internacionais que indicam 5% da renda como limite ideal, alertando que em algumas regiões brasileiras esse índice já é significativamente superior, demandando políticas diferenciadas para as áreas mais vulneráveis. Firmino concluiu ressaltando que a regulação tarifária eficiente é um pilar estratégico para viabilizar o acesso universal e a sustentabilidade de longo prazo.

“O saneamento é um direito fundamental, mas sua universalização exige planejamento, regulação eficaz e o engajamento de todos os envolvidos no processo.”

